



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A TLMC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151,01
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações próprias/acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 54.688.667 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 48.946.633 (quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	3,94	3,91
• Liquidez corrente	5,06	8,99
• Relação patrimonial líquido/ativo	74,63%	74,42%
• Relação passivo não circulante/ativo	22,34%	23,68%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,11%	9,93%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	13,01%	14,39%
Ativos totais - R\$	494.572.436	439.582.488
Lucro líquido do exercício - R\$	29.929.278	32.488.137

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debentures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora ativamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos. **Ética, Transparência e Compliance:** Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em

integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pilulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho. A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	105.856.787	61.673.435
Custo de construção e operação	18	(53.242.016)	(9.497.452)
Lucro bruto		52.614.771	52.175.983
Despesas gerais e administrativas	19	(4.104.586)	(4.515.985)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		(484.360)	(572.609)
Resultado antes do resultado financeiro		48.025.825	47.087.389
Resultado financeiro	20	(13.876.184)	(11.880.552)
Receita financeira		2.108.819	1.239.002
Despesa financeira		(15.985.003)	(13.119.554)
Resultado antes dos impostos antes do lucro		34.149.641	35.206.837
IRPJ e CSLL correntes	21	(2.404.839)	(2.155.107)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(1.815.525)	(563.591)
Lucro líquido do exercício		29.929.277	32.488.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	29.929.277	32.488.139
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	29.929.277	32.488.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos	34.149.641	35.206.837	
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	15.022.780	12.477.048
Depreciação		103.052	133.776
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(232.390)	(57.387)
Provisão para perda de crédito esperada	8	260.166	(45.227)
Provisão para contingências	14	(955.081)	952.059
Custo da transação de financiamento (Aumento) redução nos ativos operacionais	13	(536.512)	(407.596)
Concessionárias e permissionárias		(644.883)	(559.297)
Contas a receber - partes relacionadas		(198.140)	512.162
Imobilizado e intangível		15.302	-
Títulos e valores mobiliários		34.650	8.031
Ativo de contrato	10	(61.873.788)	(18.339.211)
Estoques		(34.749)	(84.131)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	318.064
Outros impostos a recuperar		-	(122)
Adiantamentos a fornecedores		22.718	732.976
Outros ativos		1.320.876	(396.115)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		3.270.363	(801.562)
Tributos e contribuições sociais		7.082.165	1.825.999
Taxas regulamentares		332.181	(918.899)
Outros passivos		79.330	148.901
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.782.319)	30.706.306	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.668.604)	(1.550.127)
Outros impostos pagos		(5.244.744)	(1.769.356)
Juros pagos	13	(6.738.169)	(6.194.872)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais (utilizado nas atividades operacionais)	(16.433.836)	21.191.951	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(5.573)	(27.671)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(1.344.288)	(1.765.764)
Resgate de títulos e valores mobiliários		768.929	1.070.107
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(580.932)	(723.328)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		15.000.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	13	(1.921.443)	(497.553)
Dividendos pagos	16	(2.881.960)	(24.064.932)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento (utilizado nas atividades de financiamento)	10.196.597	(24.562.485)	
(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.818.171)	(4.093.862)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.451.311	27.545.173	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.633.140	23.451.311	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.633.140	23.451.311
Concessionárias e permissionárias	8	5.049.614	4.664.897
Contas a receber - partes relacionadas	22	317.434	119.294
Estoques	9	4.009.058	3.974.310
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75.237	75.237
Outros impostos a recuperar		100.543	100.543
Ativos de contrato	10	49.299.553	42.441.730
Outros ativos circulantes		323.699	181.205
		75.808.278	75.008.527
Ativo não circulante			
Títulos e valores imobiliários	7	2.575.812	1.802.712
Ativos de contrato	10	413.940.071	358.924.106
Outros ativos não circulantes	11	1.648.428	1.134.516
Imobilizado		593.667	710.773
Intangível		6.180	1.854
		418.764.158	364.573.961
Total do ativo		494.572.436	439.582.488
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	12	4.095.068	409.756
Fornecedores partes relacionadas	22	1.462.927	1.877.872
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	6.446.800	3.978.274
Imposto de renda e contribuição social a pagar		512.142	382.819
Outros impostos a pagar		608.541	315.724
Taxas regulamentares		832.517	500.336
Dividendos propostos	16	377.127	308.637
Outros passivos circulantes		651.948	572.619
		14.987.070	8.346.037
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	79.399.046	76.040.916
Provisão para contingências	14	95.490	1.050.571
Impostos diferidos	15	30.976.214	27.009.175
		110.470.750	104.100.662
Patrimônio líquido	16		
Capital social		300.025.069	285.025.069
Retenção de lucros		64.262.055	38.779.691
Reserva legal		4.827.492	3.331.029
		369.114.616	327.135.789
Total do passivo e do patrimônio líquido		494.572.436	439.582.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	285.025.069	1.706.622	32.101.566	-	318.833.257
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.488.139	32.488.139
Constituição de reserva legal (nota explicativa 16)	-	1.624.407	-	(1.624.407)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 16)	-	-	30.555.095	(30.555.095)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 16)	-	-	-	(308.637)	(308.637)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	(23.876.970)	(23.876.970)	(23.876.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	285.025.069	3.331.029	38.779.691	-	327.135.789
Aumento de capital (nota explicativa 16)	15.000.000	-	-	15.000.000	15.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.929.277	29.929.277
Constituição de reserva legal (nota explicativa 16)	-	1.496.463	-	(1.496.463)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (nota explicativa 16)	-	-	28.148.485	(28.148.485)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 16)	-	-	-	(284.329)	(284.329)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	(2.666.121)	(2.666.121)	(2.666.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.025.069	4.827.492	64.262.055	-	369.114.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" e/ou "Companhia") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros - MG. A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão: Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 151 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Subestação Itabrito 2 em 500/345 kV - 560 MVA. (iii) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA. (iv) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kV 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabrito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia:



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva - financiamentos (I)	2.575.812	1.802.712
	2.575.812	1.802.712

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referentes as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debituristas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida. (I) O percentual de amortização aumentou de 0,0575% para 0,20485% de 2021 para 2022, conseqüentemente aumentando o valor do depósito em garantia.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (I)	4.919.005	4.579.164
Vencidas até 30 dias	7.011	2.947
Vencidas até 60 dias	3.168	237
Vencidas até 90 dias	4.707	323
Vencidas há mais de 90 dias	410.585	116.922
	5.344.476	4.699.593
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (II)	(294.862)	(34.696)
	5.049.614	4.664.897

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(34.696)	(79.923)
Reversão de provisão	8.808	52.767
Complemento de provisão (I)	(268.974)	(7.540)
Saldo final	(294.862)	(34.696)

(I) Adição refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

9. ESTOQUE

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação	4.009.058	3.974.310
	4.009.058	3.974.310

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

10. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	49.299.553	42.441.730
Não circulante	413.940.071	358.924.106
	463.239.624	401.365.836

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	383.026.625	
Receita de construção (I)	931.236	
Receita de O&M (II)	10.063.665	
Receita de remuneração (III)	40.975.392	
Recebimentos (IV)	(33.671.882)	
Imobilizado em curso (V)	40.800	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	401.365.836	
Circulante	42.441.730	
Não circulante	358.924.106	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	401.365.836	
Receita de construção (I)	56.126.187	
Receita de O&M (II)	11.239.892	
Receita de remuneração (III)	43.350.163	
Recebimentos (IV)	(51.770.640)	
Imobilizado em curso (V)	2.928.186	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	463.239.624	
Circulante	49.299.553	
Não circulante	413.940.071	

(I) O saldo refere-se à implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20; (II) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (III) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que conseqüentemente aumenta a receita de remuneração; (IV) Variação refere-se à diferença entre a RAP projetada no modelo e a RAP homologada pela ANEEL; (V) Variação refere-se a adiantamentos do projeto de reforço da subestação Padre Fialho. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

11. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
Reembolsos (I)	95.490	1.050.571
Comissão de debêntures (II)	1.552.938	2.083.945
	1.648.428	3.134.516

(I) Encerramento dos processos fundiários 0115386-23.2011.8.13.0433 e 0037086-60.2011.8.13.0461 de responsabilidade dos sellers no qual foram extintos devido a resolução de mérito, julgado procedente, fixando indenização pagos pelos sellers. (II) Valor refere-se a custo da transação relacionado à emissão da debênture referente à escrituração, coordenação e colocação da oferta restrita e das debêntures devida pela emissora pago anualmente enquanto houver debênture em circulação.

12. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (I)	3.927.908	319.077
Gastos ambientais e fundiários	11.294	4.684
Prestadores de serviços	63.626	45.554
Outros	92.240	40.441
	4.095.068	409.756

(I) Variação refere-se substancialmente a compra de materiais para a implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida

Descrição	Vencimento	Garantia	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	ago/12 abr/29	(c) 8,75% a.a.	IPCAs +	85.845.846	80.019.190
				85.845.846	80.019.190
Circulante				6.446.800	3.978.274
Não circulante				79.399.046	76.040.916
				85.845.846	80.019.190

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos		Custo de Saldo	
Saldo inicial	Juros, principal amortizar	Transação	final
Financiador 31/12/2021 e cambial	Juros principal amortizar	Juros principal amortizar	31/12/2022
Debêntures 80.019.190	15.022.780	(6.738.169)	(1.921.443)
	(536.512)		
		(536.512)	
Total	80.019.190	15.022.780	(6.738.169)
	(1.921.443)		
		(536.512)	
Financiador 31/12/2020 e cambial	Juros principal amortizar	Juros principal amortizar	31/12/2021
Debêntures 74.642.163	12.477.048	(6.194.872)	(497.553)
	(407.596)		
		(407.596)	
Total	74.642.163	12.477.048	(6.194.872)
	(497.553)		
		(407.596)	

Debêntures: Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. Em 2022 houve pagamento de principal no valor de R\$ 1.921.443 (um milhão, novecentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais) e juros no valor de R\$ 6.738.169 (seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e nove reais).

c. **Garantias debêntures:** • Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Conta Reserva constituída no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	2024	2025	2026	2027	2028 - 2029
Amortização	5.371.057	7.163.865	9.059.612	18.260.275	39.544.237
	79.399.046				

e. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Escritura da 2ª Emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é efetuado a partir do balancete societário auditado e é apresentado conforme abaixo: (Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado).

	31/12/2022	31/12/2021
A) Geração de caixa da atividade	46.871	46.145
(+) LAJIDA (EBITDA)	48.540	47.695
(-) Imposto de renda (960)		(1.048)
(-) Contribuição social (709)		(502)
B) Serviço da dívida	8.659	6.692
(+) Amortização de principal	1.921	498
(+) Pagamento de juros	6.738	6.195
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B)	5,4	6,9

Índice de cobertura do serviço da dívida contratual O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados: (+) Lucro Líquido (+) Despesas (receita) financeira líquida (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais (+) Depreciações e amortizações (+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 30%, conforme cálculos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido (A)	369.114	327.136
Ativo total (B)	494.572	439.582
Índice de capitalização (A/B)	75%	74%

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido (A)	369.114	327.136
Ativo total (B)	494.572	439.582
Índice de capitalização (A/B)	75%	74%

(i) Servidões e fundiários - Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. Os casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0115386-23.2011.8.13.0433, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461, 0050350-13.2012.8.13.0461, 0037086-60.2011.8.13.0461, 5000968-64.2021.8.13.0003, 500252-10.2021.8.13.0003, 5002209-73.2021.8.13.0003 e 1004461-84.2021.4.01.3819, todos do Estado de Minas Gerais. (ii) Processos fiscais - Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. A variação ocorreu por força de atualização monetária. Os principais casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 17227-720.122/2020-16 e 17227-720.121/2020-71. A variação ocorreu por força de atualização monetária.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido (A)	369.114	327.136
Ativo total (B)	494.572	439.582
Índice de capitalização (A/B)	75%	74%

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.050.571	1.050.571
Adições e reversões, líquidas (I)	(955.081)	(955.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95.490	95.490

Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições e reversões, líquidas (II) 952.059 952.059 **Saldo em 31 de dezembro de 2021** 1.050.571 1.050.571 (I) As reversões ocorreram basicamente em razão de pagamento de indenização realizado pelo terceiro responsável em duas ações judiciais 0115386-23.2011.8.13.0433 e 0037086-60.2011.8.13.0461 nas quais se discutia desapropriação. (II) As adições ocorreram, basicamente, em razão da mudança de prognóstico de possível para provável devido ao andamento das decisões judiciais; e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários e de servidão e fiscais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Servidões (I)	72.996	72.996
Fiscais (II)	22.674.646	20.935.170
	22.747.642	21.008.166

(i) Servidões e fundiários - Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. Os casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0115386-23.2011.8.13.0433, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461, 0050350-13.2012.8.13.0461, 0037086-60.2011.8.13.0461, 5000968-64.2021.8.13.0003, 500252-10.2021.8.13.0003, 5002209-73.2021.8.13.0003 e 1004461-84.2021.4.01.3819, todos do Estado de Minas Gerais. (ii) Processos fiscais - Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. A variação ocorreu por força de atualização monetária. Os principais casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 17227-720.122/2020-16 e 17227-720.121/2020-71. A variação ocorreu por força de atualização monetária.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos (I)	14.176.336	12.360.811
IR Diferido	9.205.413	8.026.611
CSLL Diferida	4.970.923	4.334.310
PIS e COFINS diferidos (II)	16.799.878	14.648.364
PIS Diferido	2.991.159	2.608.613
COFINS Diferido	13.808.119	12.039.751
	30.976.214	27.009.175

(I) Variação deste grupo ocorreu em função do aumento do ativo contratual conforme detalhado na nota explicativa 10.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 285.025.069 (duzentos e oitenta e cinco milhões, vinte e cinco mil e sessenta e nove reais) dividido em 285.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Conforme AGE realizada em 15 de dezembro de 2022, as Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social da Companhia em um valor adicional de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), resultando em um aumento de R\$ 285.025.069 (duzentos e oitenta e cinco milhões, vinte e cinco mil e sessenta e nove reais) para R\$ 300.025.069 (trezentos milhões, vinte e cinco mil e sessenta e nove reais), mediante emissão de 15.000.000 (quinze milhões) de novas ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da

reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício</		



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

22.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	317.434	119.294
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	273.304	75.164
Outros	44.130	44.130
Intercompany ETEE	24.130	24.130
Intercompany SPTE	20.000	20.000

22.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	1.462.927	1.877.872
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.462.927	1.877.872

22.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	6.959.897	7.118.887
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(6.783.939)	(6.857.117)
Aluguel (ii)	(168.421)	(143.263)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(7.537)	(118.507)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas X RTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 17 de agosto de 2020 a Montec Claros assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Itabrito 2. Em dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023. **22.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	306.971	382.229
Benefícios diretos e indiretos	53.909	80.644
Encargos	182.980	213.925
Provisões (13 salário, férias e bônus)	248.138	264.211
Valor total da remuneração	791.998	941.009

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 23.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no item 22.1 abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.633.140	23.451.311
Títulos e valores imobiliários	7	2.575.812	1.802.712
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	22	317.434	119.294
Concessionárias e permissionárias	8	5.049.614	4.664.897
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	85.845.846	80.019.190
Fornecedores - terceiros	12	4.095.068	409.756
Fornecedores partes relacionadas	22	1.462.927	1.877.872

23.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo: Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo: * Saldo contábil: R\$ 85.845.846. * Cálculo valor justo: R\$ 85.997.244. A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente	16.633.140	23.451.311
Títulos de valores mobiliários	2.575.812	1.802.712
Contas a receber partes relacionadas	317.434	119.294
Concessionária e permissionárias	5.049.614	4.664.897
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	85.845.846	80.019.190

As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC - Padre Fialho	18/03/2021	9.540
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC - Padre Fialho Fornecimento de Equipamentos - Autotransformadores Monofásicos - Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	15/04/2021	19.800
LTMC-PM-2021-5333	PROLEC GE	Auto-transformadores Monofásicos	06/01/2022	5.987.165
LTMC-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746.362
LTMC-PM-2022-6138	Arteche (REA)	IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189.256
LTMC-PM-2022-6013	Brafer (REA)	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061.143
LTMC-PM-2022-8291	Belluno Veículos Ltda.	IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230.000
		IPARO - fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas,	17/12/2021	137.651
		IPARO - Fornecimento de 05 Chaves Seccionadoras 362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295.470
		IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	384.668
		IPARO - Terraplanagem	21/03/2022	1.717.178
		Peças de Reposição	21/03/2022	292.493
		Supply of TPs and TCs	26/01/2022	804.407
		Peças de Reposição	26/01/2022	148.730
		Peças de Reposição	01/08/2022	305.709
		Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789.139
		IPARO - Fornecimento SPCS	15/06/2022	267.954
		IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV;	23/05/2022	176.373
		IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	401.501
		Peças de Reposição	28/07/2022	54.509
		Inspeção	28/08/2021	257.184
				27.276.230
				Em R\$
				27.276.230
				27.276.230

Cronograma de vencimento 2023

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Linhas de Transmissão de Montec Claros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montec Claros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linhas de Transmissão de Montec Claros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em 11 de março de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montec Claros S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente:** Veja a Nota 3.4, 10 e 17 das demonstrações financeiras; **Principais assuntos de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com o cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade

e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) Verificação, com o apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com o orçamento aprovado pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação às premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.067/2022 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCS (avisos de créditos); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

